

**O Poder Eclesiástico em Campanha (MG) e a
Persistência do Patrimônio Edificado Religioso
(1739-1825)**

**Ecclesiastic Power in a Campanha (MG) and a Persistence of
Religious Building Heritage**

*Weigson Fernando Ribeiro Lopes*¹

*Márcio Eurélio Rios de Carvalho*²

¹ Graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campanha). Professor de História da rede pública de ensino de Minas Gerais. E-mail: weigson-atalaia@hotmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campanha), onde leciona as disciplinas de História do Brasil Colônia, História da África e História da América. E-mail: eureliomarcio@gmail.com.

RESUMO

O artigo busca sistematizar algumas noções gerais sobre a organização eclesial de Minas Gerais, tomando como estudo de caso uma vila remanescente do período colonial mineiro – Campanha da Princesa –, que tem na religiosidade uma marca identitária, oriunda dos primeiros anos de colonização e povoamento do Sul mineiro. Indiretamente, procura-se abordar a presença do Estado e da Igreja como duas instituições centrais na dinâmica de controle social do Estado português nas Minas, por meio da política do Padroado. Recuperam-se alguns dados iniciais e gerais sobre os principais templos religiosos erigidos nessa localidade, entre 1739 e 1825, com o intuito de demonstrar que todos eles possuem uma historicidade, particularmente aquelas relativas às modificações consideráveis na sua distribuição pelo espaço urbano e na sua importância histórica.

Palavras-chave: Campanha da Princesa – Religiosidade mineira – Patrimônio eclesial.

ABSTRACT

The article search to systematize some general notions about the ecclesiastical organization of Minas Gerais, taking as a study case a remnant village from the colonial period of Minas Gerais - Campaign of the Princess - that has in religiousness an identity mark, originating from the first years of colonization and settlement in the South of Minas Gerais . It search to discuss the presence of the State and the Church as social control of the Portuguese State in the Mines, through the policy of the Padroado. It retrieves some general initial data about the main religious temples erected in this locality, between 1739 and 1825, in order to demonstrate that they all have a historicity, particularly those related to the considerable changes in their distribution in urban space and its historical importance.

Keywords: Campanha da Princesa - Religiosity of Minas Gerais - Ecclesiastical patrimony.

1. Algumas considerações sobre o cenário urbano de Campanha

Este artigo nasce de uma constatação visual. Qualquer indivíduo que caminhe por Campanha, uma cidade remanescente do período colonial mineiro, seja nativo (a), morador(a) temporário, ou visitante que nela transite por poucas horas para absorver informações passageiras, precipitadas ou até equivocadas, logo se depara com um espaço que exala uma atmosfera sagrada. Talvez mais do que a circulação da riqueza e a dinâmica política dela intrínsecas, a religiosidade salta aos olhos. Se a uns oprime, por vezes encanta a outros. Mas a todos (as) ela marca: na entrada principal da cidade, acompanhando o casario, o (a) andante avista a Igreja de Nossa Senhora das Dores e logo adiante alcança a Praça da Matriz, que ao fundo se eleva majestoso o templo dedicado a Santo Antônio – seu padroeiro. Ambas embora com estilos arquitetônicos diferenciados, reproduzem o costume setecentista na escolha proposital do lugar recomendado para tais construções religiosas: os cumes e platôs, que servem para separar, na geografia, a vida profana dos homens, do plano celestial que a eles coordena. Ambas também se projetam para um espaço largo, aberto, cuja fisionomia serve para dar-lhes destaque e admiração. Nele uma praça apareceu mais tardiamente, servindo como local de encontros, namoros ou simples desvio para encurtar caminho.

Outras igrejas e capelas estão espalhadas pelo território: Nossa Senhora do Rosário, Capela de São Miguel e São Sebastião. Outras ainda possuem registros de sua existência, mas foram demolidas e perdidas no tempo, como São Francisco e Nossa Senhora das Mercês. Algumas outras capelas estão no interior de templos que se ligam à religiosidade católica, como a capela de Nossa Senhora do Sion. Além destas construções, outros prédios pertencentes à Mitra Diocesana de Campanha (Antigo Colégio Sion, Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores, Palácio Episcopal São José etc) ajudam a compor o espaço urbano, aumentando ainda mais a sensação daquele (a) transeunte

imaginário, de que ali se respira a religiosidade e comove-se com as coisas celestiais.

E tal sentimento potencializa-se quando ele (a) se depara com coroinhas enfumaçando seus turíbulos, andores sendo levados em procissão, irmãos do Santíssimo e párocos desfilando compassadamente em procissões de fiéis devotos.

As ações, comportamentos e visões de mundo daqueles que se sentem pertencentes ao mundo religioso formam identidades, de indivíduos isolados em seus lares, ou de toda uma localidade que possui a crença e a fé como marcas identitárias. Embora passíveis de críticas, elas têm muito a nos ensinar e fortificar nossa percepção da alteridade. O imaginário religioso está entranhado no espaço urbano, materializando-se nas construções e nos eventos católicos, e reatualizando-se cotidianamente na fé dos cristãos.

Em discrepância a essa onipresença da religião na localidade, ela ainda não mereceu um tratamento adequado pelos historiadores locais. Fontes legislativas do município, sobretudo aquelas relacionadas ao inventário e tombamento dos bens culturais, e reunidas, sobretudo, no *Plano de Inventário e Relatório de Execução do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural* constituem iniciativa de mérito, não estando, todavia, isentas de análise e crítica dos estudiosos³. Algumas problemáticas devem ser consideradas, como por

³ Um vasto material recente foi consultado, destacando-se PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Plano de Inventário e Relatório de Execução do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico, Exercício 2020, 2018, 192p.; DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO ACERVO CULTURAL. **Informe Histórico: como, quando e onde surgiu a cidade da Campanha**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2001, 14p; INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. **Capela Nossa Senhora das Dores**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2001, 5p; INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio

exemplo, o inexpressivo registro de bens culturais no Dossiê de Salvaguarda do Patrimônio da localidade: foram apenas 4 bens tombados na década de 1980, 6 na década de 1990 e 11 já nos anos 2000. Por outro lado, em descompasso com o forte poder religioso oriundo do período colonial, e ainda persistente no espaço urbano, notou-se que apenas 3 bens culturais religiosos foram tombados: 2 igrejas (bens imóveis) e 1 imagem (bem móvel). E ainda, enquanto alguns símbolos, como estátuas e hermas, tenham sido tombados, outros edifícios de maior significância histórica não o foram (antigo Colégio Sion e capela anexa, casa de Vital Brazil, casa de Maria Martins, onde funciona atualmente o prédio administrativo da Universidade do Estado de Minas Gerais, e casa do beato Francisco de Paula Victor, padre Victor, para citar alguns exemplos). A que se deve essa seleção da memória? Não entraria aí a contribuição da História para elucidar tais esquecimentos? Tais equacionamentos têm comparecido nas recentes discussões que conectam história pública e patrimônio.

A pesquisa voltou-se para o período de consolidação do núcleo urbano (1739-1825), porque foi neste contexto que apareceram os principais templos religiosos, como a Catedral de Santo Antônio (1739), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1757), a Capela de São Miguel (1780) e a Igreja de Nossa Senhora das Dores (1799). Num primeiro momento, pensou-se em investigar o modo como a Igreja adquirira os terrenos dela pertencentes (compra, doação etc), e

Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 7p.; INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Catedral de Santo Antônio**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 13p.; INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Igreja de São Cristovão**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 5p.; INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Prédio do Antigo Colégio Sion**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 12p.; PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Processo Regularização de Tombamento: Bem Imóvel – Capela de São Miguel**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico, Exercício 2014, Dezembro 2012, 134p.

que a tornou dominante no espaço público. Todavia, a falta de acesso aos Livros do Tombo tornou a empreitada até agora inviável. A análise dos vários dossiês de inventário e tombamento dos bens culturais, realizados pela Secretaria de Cultura do município, nos obrigou a voltar para os bens culturais da Igreja, recuperando parte de sua história, de modo a contribuir para sanar algumas lacunas e inconsistências históricas desse material.

BENS INVENTARIADOS/TOMBADOS DA IGREJA

ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS DESIGNAÇÃO/LOCALIZAÇÃO	ÁREA/SEÇÃO	ANO
1. Capela de São Miguel. Sede. *	Setor 01	2001
2. Capela de Nossa Senhora das Dores. Sede.	Setor 01	2001
3. Palácio Episcopal São José. Sede.	Setor 01	2001
4. Passo da Semana Santa. Rua Dr. Brandão, nº 114. Sede	Setor 01	2001
5. Edificação à Praça Dom Ferrão, s/n. Casa Paroquial. Sede.	Setor 01	2004
6. Catedral de Santo Antônio. Sede*.	Setor 01	2008
7. Igreja de São Sebastião. Sede.	Setor 01	2012
8. Igreja de São Cristovão. Rua Atílio Casadei, s/n. Bairro São Cristovão.	Setor 03	2013
9. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Avenida Dois de Outubro, s/n. Bairro Chapada.	Setor 02	2013
10. Prédio do Antigo Colégio Sion. Rua Padre Natuzzi, s/n. Centro.	Setor 02	2013
11. Capela de Santa Cruz. Sede.	Setor 04	2014
12. Edificação à Rua João Luís Alves, nº 149. Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores. Sede.	Setor 01	2016

*Bens Tombados

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Plano de Inventário e Relatório de Execução do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico, Exercício 2020, 2018, 192p.

2. A imbricação dos poderes político e religioso: a política do Padroado e seus reflexos nas localidades mineiras

Junto com a produção açucareira escravista, a mineração desenvolvida em Mato Grosso, Goiás e, principalmente em Minas Gerais, constituiu-se em atividade econômica voltada para o mercado externo. Uma estimativa recente para o século XVIII calcula terem sido produzidos no Brasil 172.711 Kg de ouro, embora sendo difícil a precisão destes dados em virtude do contrabando. Desta quantidade 75% provieram de Minas Gerais, 18% de Goiás e 7% de Mato Grosso. Na Capitania de Minas Gerais foi produzido um total de 128.831 Kg (daqueles 172.711 Kg) (RAMOS, 1994, p. 549). A importância de Minas pode ser avaliada em vários níveis: graças a ela houve a dinamização de um mercado interno, com a criação de gado, desenvolvida no sertão do Nordeste e no Sul da colônia, e a pecuária do Sul, atendendo às demandas das áreas mineratórias.

Outro dado impressionante é o que avalia a área efetivamente povoada no Brasil em três séculos de colonização: no final do século XVI era de cerca de 20.000 km²; em fins do século XVII, em torno de 100.000 km²; para alcançar, em fins do século XVIII, uma média de 300.000 km quadrados (WEHLING, 1994, p. 313). A mineração em Minas Gerais sintetizaria a colonização portuguesa no Brasil, por ter propiciado a dinamização de um mercado interno. Logo após a formação do núcleo minerador no centro da Capitania, houve a expansão da sociedade mineradora para diversas áreas, como para o sul, em direção a Serra da Mantiqueira. Nesta região, conhecida mais tarde como Sul de Minas,

a mineração espalhara [para] alguns núcleos agrupados em torno das 'minas do Rio Verde' e as do 'Itajubá'. Mas em fins do século, é só em Campanha, elevada a vila em 1798, que se mantinha ainda alguma atividade mineradora. A região tomara outro rumo. A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se, entre outros,

fornecedores do importante e próximo mercado do Rio de Janeiro (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 72).

Em função deste lugar proeminente que a região vai ocupar na virada do século XVIII, sua circunscrição administrativa sofrerá alterações: se entre 1693-1709 existia a grande Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro; a partir de 1709 o Rio se separa e cria-se a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, para só a partir de 1720 ser criada a Capitania de Minas Gerais (BARBOSA, 1971; COSTA, 1970; MATOS, 1981).

De forma análoga às demais cidades coloniais mineiras oriundas da exploração aurífera – Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica do Pilar de Albuquerque (Ouro Preto), São João del-Rei, São José del-Rei (Tiradentes), Vila Real do Sabarabuçu (Sabará), Vila do Príncipe (Serro), Vila de N. Sra. da Piedade de Pitangui (Pitangui), Vila Nova da Rainha (Caeté), Arraial do Tejuco (Diamantina) – a Vila da Campanha da Princesa (Campanha) surgiu com a aglutinação de pequenos aglomerados populacionais junto aos locais de mineração. Todos estes arraiais, depois vilas, têm sua localização geográfica bastante definida: junto aos cursos d'água ou nas encostas das montanhas.

As duas primeiras medidas administrativas tomadas pela Coroa foram a elevação dos arraiais a Vilas a partir de 1711, com poderes camarários próprios, e a fixação dos limites das primitivas jurisdições das comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes, em 1714. Se esta última se estendia dos limites de Vila Rica até as fronteiras com São Paulo, dela será pertencente o antigo arraial de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde. Se desde 1737 o Ouvidor Cipriano José da Rocha já rogava em carta a D. Maria I, rainha de Portugal, que o arraial fosse elevado à Vila, só em 1798 o pedido fora atendido por Sua Majestade. Não sem antes, nesse mesmo ano, a Câmara de São João d'El-Rey tentar impedir a sua elevação, escrevendo que o fato mencionado da povoação ter “oito mil vizinhos” não servia como justificativa

para o pleito, uma vez que “os moradores daquele lugar são a maior parte mulatos, escravos e mestiços, e S. Majestade recomenda nas suas Leis que se eleição para Juizes e Vereadores homens de nascimento e conceito (...)”. E completa seu indeferimento, argumentando que “não há na paragem huma Igreja decente, e havendo algumas Lavras, e boas, pouco ou nada cuidão no ornato della” (RAPM, 1896, p. 461). Marcos F. de Andrade constatou que:

As minas do Rio Verde, descobertas pelos paulistas nas primeiras décadas do século XVIII, foram mantidas na clandestinidade até 1737, quando uma expedição militar, chefiada pelo ouvidor da vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, fundou o arraial e tomou posse da região (ANDRADE, 2008, p. 28).

É possível perceber que o real motivo do deslocamento do Ouvidor, nunca foi o de reconhecimento. Afinal, a autoridade máxima da Comarca não acompanharia uma expedição militar numa simples missão de reconhecimento:

Ao que tudo indica, o real significado da expedição do ouvidor era regular uma povoação, ou mineração clandestina, mais do que desbravar e reconhecer a região. O ouvidor, autoridade máxima da comarca, não se deslocaria para uma expedição de simples reconhecimento se não houvesse notícia do mau uso de terras incultas e selvagens do sertão (SILVA, 2018, p. 2).

Mesmo com a chegada do Ouvidor e a criação do arraial, os conflitos entre os paulistas e os representantes da Câmara de São João del-Rei não cessaram. Havia uma intensa disputa pelo território. Os conflitos entre a Capitania de São Paulo e a Vila de São João del-Rei se estenderam por alguns anos (ANDRADE, 2008, p. 28). Pode-se dizer que algumas medidas adotadas pelo Ouvidor contribuíram para tais conflitos. Afinal,

A divisão das alçadas civil e eclesiástica, uma a cargo das autoridades mineiras e outra sob as determinações do bispado de São Paulo, favorecia os conflitos, uma vez que conforme a necessidade dos moradores do arraial deveriam se dirigir ora para as autoridades civis em São João Del Rei, ora para a autoridade eclesiástica em São Paulo (SILVA, 2018, p.1-2).

O fato é que o arraial foi elevado à Vila, com o Alvará de elevação em 1798, mesmo sob protestos de São João del-Rei, e somente em 1799 deu-se o Auto de sua criação, graças ao tato político de alguns moradores (ANDRADE, 2008, p. 30-31).

Alguns anos depois, a visibilidade de Campanha era outra: seu núcleo urbano crescera e seus limites geográficos se expandiram. Nas “Memorias Historicas da Provincia de Minas Geraes”, publicado entre 1849 e 1851, o Termo da Vila da Campanha da Princesa, segundo o Alvará de 19 de julho de 1814, que reformara a Provisão de 1799 e a Resolução de 1807, compreendia “os territórios da freguezia da mesma Villa, de Itajubá, e os pertencentes às freguezias de Sapucahy, Camanducaya, e Ouro Fino, até os limites, por onde actualmente parte, e confinar com os districtos da comarca da cidade de S. Paulo” (RAPM, 1908, p. 615).

Ao estudar a “religião do homem da mineração”, vista como “popular”, José Ferreira Carrato inaugura os estudos sobre o papel da igreja e do catolicismo português nas Minas Gerais do século XVIII, demonstrando que a colonização espiritual foi fundamental para o efetivo controle da Coroa nessa região, que receberia todo cuidado e atenção das autoridades metropolitanas no decurso deste século, em função das jazidas auríferas aí descobertas ao final do século anterior (CARRATO, 1968, p. 28).

Em Minas, como de resto do Brasil, o catolicismo português foi marcado por uma religiosidade externa e pouco subjetiva, baseada no culto e na prática devocional:

Não será o dogma, o ato puro da fé, fruto da razão e do assentimento racional, que obrigará o culto consequente. Não, é o culto, através do símbolo, da manifestação sensível, que levará àquele: o sinal da Cruz explicará, mais eficaz e cabalmente que qualquer Summa, o mistério da Santíssima Trindade (CARRATO, 1968, p. 31).

O estudo de José F. Carrato inaugura uma historiografia mineira que tem procurado desvendar este aspecto exteriorista da religiosidade implantada na região das Minas⁴. Seja por meio do culto das imagens, criação de capelas e igrejas, procissões, romarias e peregrinações, ou através das festas religiosas promovidas pelas Irmandades, com destaque para as do santo padroeiro das localidades, o fervor religioso se materializará no espaço urbano. Além disso, por meio dessas práticas devocionais, esta religiosidade parece imortalizar-se no cotidiano mineiro, ao comparecer anualmente em todo calendário cristão das localidades⁵.

Por outro lado, a política do Padroado, “regime de rígida vinculação da Igreja ao Estado Absolutista de Direito”, deixou suas marcas na Capitania de Minas Gerais. Como constata o mesmo autor, ela teria levado ao confinamento do Prelado aos imperativos da Coroa portuguesa, na medida em que colocou o clero numa situação de subordinação, visto muitas vezes como “funcionário do Rei” (CARRATO, 1968, p. 63). Esta dependência remonta à Idade Média, quando após a dissolução da Ordem dos Templários (1319) e o advento da Ordem de Cristo, a Coroa incorpora suas prerrogativas nos domínios portugueses, inclusive no Novo Mundo. Com a Bula Inter Coetera (1456) tal

⁴ A festa-procissão do Triunfo Eucarístico, por ocasião do traslado do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, representa bem este aspecto exteriorista e monumental, que sensibiliza mais que qualquer dogma ou mistério teológico de difícil compreensão. A este respeito, confira MACHADO, Simão Ferreira. Triunfo Eucharístico. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 6, fasc. 3 e 4, Ano VI, jul./dez.1901.

⁵ Cf. JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa oficial, 2001.

supremacia se consolida, ao dar a titularidade aos monarcas portugueses de Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Desta forma, os reis puderam criar cargos eclesiásticos, na medida em que a eles competia determinados encargos, como as despesas de manutenção do clero (FIGUEIREDO, 1998, p. 100).

3. A organização eclesiástica em Minas Gerais

A partir de 22 de fevereiro de 1716, as primeiras igrejas e seus párocos são criados na nascente Capitania de Minas Gerais por El-rei D. João V, sob intermédio do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Francisco de São Jerônimo (CARRATO, 1968, p. 27). A Capitania estava até então sob jurisdição eclesiástica do Bispado do Rio de Janeiro⁶. Ou seja, num primeiro momento (fins do século XVII até 1745), o clero mineiro esteve subordinado ao Cabido fluminense, por meio dos Visitadores Diocesanos, que controlavam a vida religiosa e o comportamento dos párocos e vigários⁷.

Após essa data, com a vinda de Dom Frei Manuel da Cruz e a criação do Bispado de Mariana, inaugura-se um novo período, que se estende até o episcopado de Dom Frei José da Santíssima Trindade⁸. Após uma maior

⁶ Na segunda metade do século XVI, especificamente em 1551, foi criado o primeiro Bispado no Brasil – o Bispado da Bahia. Um século depois são criados os de Pernambuco (1676), Rio de Janeiro (1676) e Maranhão (1677). No século XVIII se estabelecem os Bispados do Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745). Até o processo de separação política com Portugal, o Brasil contava com apenas sete bispados, número reduzido e desproporcional ao tamanho de seu território (HOORNAERT, 1977, p. 173).

⁷ José F. Carrato discute as principais denúncias arroladas pelo Visitador Dr. Lourenço José de Queiróz Coimbra, vigário da Vara de Nossa senhora da Conceição de Sabará, a partir do II Livro de Devassas (1733-1734), do arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana (CARRATO, 1968, p. 54). Confira a descrição minuciosa destes primeiros tempos da Igreja em Minas Gerais em TRINDADE, Cônego Raymundo. **Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história**. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

⁸ Para estas balizas temporais, duas fontes são de consulta obrigatória: para a entrada triunfante de D. Frei Manuel da Cruz, em 1748, o **ÁUREO TRONO EPISCOPAL** (Anônimo). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 6, fasc. 1, Ano VI, jan./mar.1901, e para a descrição minuciosa do Bispado no início do século XIX,

organização do clero mineiro com o primeiro bispo, houve um período de vacância, e uma retomada do poder eclesiástico de forma mais sistemática, com Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, no final do século.

BISPADO DE MARIANA		
BISPOS	PERÍODO	
1º) Dom Frei Manuel da Cruz	1748 – 1764	
Dom Joaquim Borges de Figueiroa	1771 – 1772 (Arcebispo de Salvador)	Período Vacante
Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis	1772 – 1777 (renunciou)	
2º) Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével	1780 (78?) – 1793	
3º) Dom Frei Cipriano de São José	1799 (97?) – 1817	
4º) Dom Frei José da Santíssima Trindade	1820 (19?) – 1835	
5º) Dom Antônio Ferreira Viçoso	1844 – 1875	
6º) Dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides	1877 – 1896	
7º) Dom Silvério Gomes Pimenta (1890 – bispo auxiliar)	1896 – 1906	

Fontes: TRINDADE, Cônego Raymundo. **Arquidiocese de Mariana**: subsídios para a sua história. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, p. 31/32; TRINDADE, Cônego Raymundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Ministério da Educação e Saúde / SPHAN, 1945.

Foi com a criação do Bispado de Mariana em 1745, como já dito, que se deu uma maior autonomia e organização da vida eclesiástica na Capitania. Dom Frei Manuel da Cruz toma como sua primeira iniciativa a formação do Cabido Diocesano, que cuidará da administração da vasta diocese, composta por inúmeras comarcas eclesiásticas, freguesias e paróquias sob sua tutela. A ele coube apoiar o bispo na gerência espiritual e administrativa de inúmeros

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais / IEPHA-MG, 1998.

prelados subordinados ao Bispado de Mariana⁹. Durante todo o século XVIII e XIX, Campanha esteve subordinada a esse Bispado.

Em Campanha da Princesa o poder eclesiástico ainda que não anteceda ao poder político-administrativo, em função do sistema do Padroado então vigente, parece ter se estruturado melhor e se organizado mais precocemente com relação a este. Pela política do Padroado estavam previstas duas formas de provimento das capelas: as colativas, que eram criadas e providas pelo rei e cujo clero recebia as cômguas da Real Fazenda advindas da cobrança dos dízimos eclesiásticos; e as encomendadas, criadas e providas pelos bispos, cujos párocos recebiam as conhecenças.

No Livro da Relação das Freguesias do Bispado (1832), pertencente à Cúria Marianense, consta que Campanha obteve o título de freguesia por instituição episcopal em 1739, obtendo a Matriz de Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde a natureza de colativa em 1752 (TRINDADE, 1945, p. 73), algumas décadas antes de ser elevada à Vila. De fato, Waldemar de Almeida Barbosa tem razão quando diz que

ao ser instalado o primeiro bispado em território mineiro, o de Mariana, em 1748, havia em Minas, além das paróquias coladas, 28 curatos, isto é, freguesias criadas pelo Bispo, providas de vigário encomendado. Desses 28 curatos, 24 foram elevados à categoria de paróquia colativa, por alvará de 1752 (BARBOSA, 1979, p. 413)¹⁰.

⁹ A este respeito, a consulta obrigatória é BOSCHI, Caio César (org.). **O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Editora PUC Minas, 2011.

¹⁰ O autor se refere ao Alvará de 16 de janeiro de 1752. Anteriormente, tinham sido criadas, por Ordem Régia de 16 de fevereiro de 1724, 20 igrejas vigararias, portanto com título de colativas, além das 13 paróquias coladas, criadas pelo Cabido do Rio de Janeiro.

4. Os templos religiosos na conformação do espaço urbano de Campanha

Como se depreende do quadro abaixo, os quatro templos construídos a partir do 3º quartel do século XVIII em Campanha foram a Catedral de Santo Antônio (1739), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1757), a Capela de São Miguel (1780) e a Igreja de Nossa Senhora das Dores (1799)¹¹. No adentrar do século XIX, além das capelas filiais (Espírito Santo da Mutuca, de 1800, e a do Senhor do Matozinhos de Lambari, de 1820), foram construídas na sede do município, as Igrejas de São Sebastião (1805), Igreja de São Francisco (1809) e N. Srª das Mercês (1815).

IGREJAS DE CAMPANHA – SÉCULOS XVIII e XIX			
TEMPLOS	CRIAÇÃO	ALTERAÇÕES	DEMOLIÇÃO
Catedral de Santo Antônio	1ª) 1739 2ª) 1787 – 1822	Construção das torres: 1874 Reconstrução do frontispício: 1885 Revestida externamente de tijolos: 1925 Cercada com grade de ferro: 1937/38 Alterada a nave da igreja: 1948. Reforma externa: agosto de 1966 a outubro de 1967. Inauguração do salão paroquial: 1971. Reforma interna e novo altar: 1974. Tombamento: 2007.	1ª) ? 2ª) xxx

¹¹ As informações sobre os Oragos são esparsas, e ainda não foi possível ter acesso à documentação referente à doação dos terrenos para ereção dos templos, construção dos prédios, principais arquitetos, escultores e pintores responsáveis pelas obras. Este trabalho deve ser realizado tão logo seja possível o manuseio da documentação relativa a tais questões. Aqui foi de grande valor algum material produzido pela Secretaria de Cultura, concernente ao processo de Inventário e Tombamento dos Bens Culturais de Campanha.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário	1 ^a) 1757 2 ^a) 1962 – 1975	Obras paralisadas até 1973 e retomadas em 1974. Inauguração em 19/10/1975. Sino instalado em 1977. Calçada a área externa em 1980.	1 ^a) 1950 2 ^a) xxx
Capela de São Miguel	1780		xxx
Igreja de Nossa Senhora das Dores	1799	Segunda torre concluída em 1882. Chapas lisas de eucatex no teto da igreja em 1957.	xxx
Igreja de São Sebastião	1 ^a) 1805 2 ^a) ?		1 ^a) Entre 1847/80. 2 ^a) xxx
Igreja de São Francisco	1809		1845
Igreja de Nossa Senhora Das Mercês	1815		Após 1903

Fontes: VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa (1737-1821)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937, v. 1; VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa (1821-1909)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937, v. 2.

Se em 20 de junho de 1785 tinha sido criado o Julgado, cujo Ouvidor não mais estaria subordinado àquele da Cabeça da Comarca do Rio das Mortes (São João Del-Rei); em 20 de outubro de 1798, por Alvará de D. Maria, o arraial é erigido à Vila, com a denominação de Vila da Campanha da Princesa. Em 25 de abril de 1799, por Carta Régia, a rainha nomeia como Juiz de Fora da Vila José Joaquim Carneiro de Miranda da Costa, a quem deve cuidar “muito particularmente na Construção daz cazaz da Camara, Cadeya, Pellourinho, Calçados, arruamentos, e tudo o mais pertecente à boa ordem, Policia, e Segurança Publica da mesma Villa a qual devendo ter o seu Termo demarcado na extenção, que lhe competir” (RAPM, 1896, p. 468).

Em 12 de fevereiro de 1800, o Auto da Câmara era enviado ao Governador e Capitão General, noticiando as medidas a serem tomadas para que se cumprisse com “a obrigação de ordenar, de assistir, e acompanhar as

Prociçoens, que determinava a Ordenação do Reino, e a Ordem Régia de 15 de maio de 1744 nos dias de Corpo de Deoz, de Sancta Izabel, do Anjo Custodio do Reino, e do Sancto Orago da Igreja Matriz da Villa". Tal reunião do recém criado corpo legislativo se deu "em cazas de residência do doutor Jozé Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, que ao presente servem de Cazas de Câmara" (RAPM, 1896, p. 482). Novamente, pode-se ler nas entrelinhas que tal construção sairia só com o adentrar do século XIX.

Portanto, antes mesmo de se tornar Vila (1798), Campanha já contava com dois templos religiosos significativos e uma capela: a Matriz de Santo Antônio (1739), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1757) e a Capela de São Miguel (1780), além de estar finalizando a obra da Igreja de Nossa Senhora das Dores (1799). A Matriz originou-se de uma primitiva Capela construída pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, cuja localização fora escolhida pelo então Ouvidor Cipriano José da Rocha. Sua construção iniciou-se em 1737, e os trabalhos foram concluídos em 1742 (CRUZ, 2016, p. 125-126). Segundo Antônio Casadei, "não era este templo de pequenas dimensões, pois abrigava em seu interior 93 sepulturas, e estava situado pouco abaixo da atual Catedral, na parte em que a Praça se alarga nas imediações dos jardins e das estátuas" (CASADEI, 1987, p. 44).

A segunda Igreja a ser erigida foi a do Rosário, construída a partir da Provisão Régia de 1759. Erguida num ponto mais alto do arraial, a igreja dos negros se localizava num espaço denominado na época de Largo do Rosário, lugar que atualmente corresponde a praça da Bíblia e da escola Zoroastro. Era uma igreja simples, de taipa e sem torres, que foi construída e mantida por fiéis, cuja maioria era composta por escravos. Numa litogravura de 1847 pode-se notar que sua localização era privilegiada, ficando à esquerda e acima da catedral. A história de sua demolição e sua nova reconstrução em lugar mais

afastado, onde ainda hoje se situa, precisa ainda ser objeto de investigação histórica.



Fonte: CRUZ, Cícero Ferraz. **Cidade Difusa**: a construção do território na Vila de Campanha e seu Termo, séculos XVIII-XIX. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, setembro de 2016¹².

Segundo Francisco Ferreira de Rezende em “Minhas Recordações”, escrita na década de 90 do século XIX,

A igreja do Rosário está colocada acima da Matriz no ponto mais alto da colina em que a povoação se assenta, e justamente no lugar em que, naquele tempo acabavam as casas e começava o campo. Sem nenhuma arquitetura e sem torres, o seu sino ficava do lado de fora junto a uma grande figueira ou gameleira que ali cresceu e se desenvolveu quase que pegada à igreja (REZENDE, 1988, p. 169).

Mesmo não sendo uma igreja grande, sem torres e sem luxo, ela era marcante na Vila. Segundo o memorialista: “a mais alegre de todas as festas da

¹² O autor não faz referência da fonte original, como autoria, data aproximada e acervo em que se encontra o documento.

Campanha era a festa dos negros, isto é, a de Nossa Senhora do Rosário e como vulgarmente se dizia a subida do Rosário. Essas festas, as congadas, com os seus vistosos ternos e animadas embaixadas, há anos passados, tivemos a oportunidade de assistir e admirar” (REZENDE, 1988, p. 169).

Sabe-se que mesmo construída com poucos recursos, foi escolhida para a celebração das Exéquias em honra de D. Maria I em 1816. Em Ofício recebido pelo então governador D. Manoel de Portugal e Castro, a Câmara de Campanha se prontifica a realizar as devidas honras fúnebres e demais cerimônias:

Levantou-se na Igreja do Rosario, por ser prezenemente a maior da Villa, hum elevado Mausoléu sustentado em quatro Columnas todo coberto de preto com suas competentes Banquetas circuladas de galão de oiro, com velas todas de libra, e em cima da Cupula o Setro, as Reaes Armas, e Coroas adornadas de Cordoens de oiro, e joyas de preciosas pedras que fazião a mais brilhante vista debaixo de hum docel de Seda guarnecido de franjas de oiro (RAPM, 1896, p. 562-563).

Em 26 de maio deste ano, toda nobreza da Vila, oficiais de ordenança e milícias fardados seguiram num cortejo a cavalo por todo o centro urbano em direção à Igreja do Rosário, para assistir aos Ofícios “que cantarão os Clerigos da Freguesia da Villa e de três outras vesinhas com seus respectivos Vigarios, e dois Coros de Muzica” (RAPM, 1896, p. 563). Ao fim da missa cantada pelo Vigário da Matriz, foi feita oração fúnebre pelo Vigário de Pouzo Alto, considerado um dos melhores oradores da Capitania:

E no fim da Missa passarão os quatro Vigarios assistentes a fazer as supplicas e Seremonia que se praticão aos Officios da Sepultura das Pessoas Reaes; e no fim de tudo se derão as descargas do costume pelo Regimento de Melicias, que se achava postado na frente da Igreja com o seu Coronel Jozé Francisco Pereira que concorreu por Ordem superior para esta Solemnidade (RAPM, 1896, p. 563-564).

Entre 1821 e 1825, Dom Frei José da Santíssima Trindade percorre toda a Província de Minas Gerais, num total de 5 visitas. Na sua 4ª visita, parte no dia 1º de junho de Itatiaia, passando por Itaverava, Barbacena, Ibitipoca, Airuruoca, Baependi, Pouso Alto, Freguesia Nova de Santa Catarina, Freguesia de S. Gonçalo, e chega a Campanha da Princesa em 1 de setembro de 1824. Aí encontra um total de 8.788 habitantes, em 1658 fogos, com um média de 5,3 habitantes por fogo, e 9 sacerdotes, recebendo uma cômputo de 800 a 900 mil réis (TRINDADE, 1998, p. 50).

Segundo Francisco de Paula Ferreira de Rezende, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi, durante a construção da nova matriz, a mais importante da Vila da Campanha da Princesa. No entanto, nas “Visitas Pastorais” (1821 – 1825), Frei José da Santíssima Trindade relata que “serve de matriz a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, com 3 altares, com retábulos pintados e dourados, e está forrada e campada” (TRINDADE, 1998, p. 221). Embora a citação mencione a “igreja de Nossa Senhora da Boa Morte”, fica claro que o documento se refere à Igreja de Nossa Senhora das Dores, pois não existem fontes documentais e nem há menção nas obras publicadas sobre a história da Campanha a existência da referida igreja com essa invocação. Teria o memorialista Francisco F. de Rezende razão? Ele não teria motivo para mentir, pois deixa claro que a Igreja das Dores sempre lhe foi a preferida, por situar-se perto da casa de seu avô e onde seu pai se casara (REZENDE, 1988, p. 163).

Além disso, cita que “na igreja matriz havia um bonito altar da Senhora da Boa Morte, cuja irmandade pertencia aos pardos” (REZENDE, 1988, p. 165). A troca de oragos pelo reverendo, se confirmada, teria sido um lapso ou proposital? Só pesquisas mais aprofundadas poderiam esclarecer tais impasses. A Igreja das Dores foi a terceira e última concluída no arraial no século XVIII. Bernardo Saturnino da Veiga constata que:

A igreja de Nossa Senhora das Dores foi construída a expensas de José de Jesus Teixeira, e concluída em 1799, data que está gravada no alto de sua porta principal. Este templo, todo de pedra, tem 3 altares modelados pelo mesmo gosto, com dourados e pinturas feitas pelo distinto artista Bolina, e que o tempo tem já estragado. Possui uma torre que foi demolida por que se receava, talvez sem justo fundamento, que viesse abaixo, e tem um órgão que serve há mais de 70 anos (VEIGA, 1874, s/p apud CÍCERO, 2016, p. 128).

Talvez outra razão para que a Igreja de Nossa Senhora das Dores não pudesse ter servido de Matriz, seja o fato de que,

(...) embora estivesse situada defronte a um largo, tinha uma de suas laterais divisando com a casa do minerador, contrariando as re-comendações do Arcebispado da Bahia de se fazer 'desviado (...) de outras paredes em distância que se possam andar as Procissões ao redor delas' (CRUZ, 2016, p. 129).

De todo modo, a existência de quatro templos, sendo três igrejas (Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores) e uma capela (São Miguel), durante um período histórico em que a localidade sequer possuía Casa de Câmara e Cadeia, insinua que o poder eclesiástico no antigo arraial de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde consolidou-se, tornando-se referência em todo Sul mineiro, preparando terreno para a efetivação da Diocese no início do século XX: "Por Decreto pontifício de 8 de setembro de 1907 foi criada a Diocese de Campanha, instalada a 12 de setembro de 1909 pelo seu primeiro bispo Dom João de Almeida Ferrão", sagrado e empossado na diocese em 12 de setembro deste ano (TRINDADE, 1945, p. 74).

O poder eclesiástico em Minas Gerais ainda está longe de esgotar suas possibilidades de análise. A partir de uma vila remanescente do período colonial mineiro – Campanha da Princesa – foi possível descortinar parte dessa história. Sustentamos a hipótese de que o antigo arraial conseguiu sua

proeminência no Sul de Minas em função da consolidação deste mesmo poder. Afinal, algumas décadas antes de se elevar à categoria de Vila, já possuía templos religiosos significativos, a ponto da Freguesia de Campanha se tornar referência para todas as demais da região. Embora haja registro de freguesias que tenham se tornado colativas antes de Campanha, como foi o caso de Baependi, elas não adquiriram seu status e proeminência. Seus templos sofreram intervenções significativas com o passar dos anos, indício talvez da necessidade de aprimorar um poder religioso que estava em expansão.

O estudo pôde revelar também que mudanças significativas na visibilidade de algumas Irmandades se devem às diferenciações e hierarquizações típicas de uma sociedade escravista. Se no alvorecer do século XIX a Igreja do Rosário abrigara Ofícios suntuosos, registradas na pena de memorialistas, ao final do século XX precisou ter seu espaço diminuído e deslocado para as margens.

Referências Documentais e Bibliográficas

Fontes Impressas

ÁUREO TRONO EPISCOPAL (Anônimo). **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 6, fasc. 1, Ano VI, jan./mar.1901.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO ACERVO CULTURAL. **Informe Histórico: como, quando e onde surgiu a cidade da Campanha**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2001, 14p.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. **Capela Nossa Senhora das Dores**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2001, 5p.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 7p.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Catedral de Santo Antônio**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 13p.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Igreja de São Cristovão**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 5p.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Prédio do Antigo Colégio Sion**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município (SERPHAM), 2013, 12p.

MACHADO, Simão Ferreira. Triunfho Eucharistico. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 6, fasc. 3 e 4, Ano VI, jul./dez.1901.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, 2v.

MEMORIAS HISTORICAS DA PROVINCIA DE MINAS GERAES In: **Revista Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.13, fasc. 3, 1908.

MEMÓRIAS MUNICIPAIS. In: **Revista Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.1, fasc. 3, Jul./ Set., 1896.

OLIVEIRA, José Álvares. História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas Minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção de suas vilas. In: **Códice Costa Mattoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Plano de Inventário e Relatório de Execução do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico, Exercício 2020, 2018, 192p.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Processo Regularização de Tombamento: Bem Imóvel – Capela de São Miguel**. Campanha: Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Seção de Cultura e Patrimônio Histórico, Exercício 2014, Dezembro 2012, 134p.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

SENNA, Nelson de. Ephemerides Mineiras. Primeiro Trimestre (de 1696 a 1896). In: **Revista Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.3, p. 149-168, 1898.

TRINDADE, Cônego Raymundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Ministério da Educação e Saúde / SPHAN, 1945.

TRINDADE, Cônego Raymundo. **Arquidiocese de Mariana**: subsídios para a sua história. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais / IEPHA-MG, 1998.

VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa. In: **Revista Arquivo Público Mineiro**, v. 16, fasc. 2 Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, p. 211-238, Jul./Dez1911.

_____. **Campanha da Princesa (1737-1821)**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937, v. 1.

_____. **Campanha da Princesa (1821-1909)**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937, v. 2.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcos Ferreira; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, nº 23, p. 214-233, jul. 2000.

ANDRADE, Marcos Ferreira. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 163-168, jan-dez 2007.

_____. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **De Arraial a Vila – a criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa**. Curitiba: Prismas, 2016.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1971.

_____. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, 2v.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. (org.). **O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Editora PUC Minas, 2011.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968.

CASADEI, Antonio. **Notícias Históricas da Cidade da Campanha**. Tradição e Cultura. Niterói: Serviços Graf. Impar, 1987.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antonio. **Aspectos Históricos da Cidade da Campanha**. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Cidade Difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu Termo, séculos XVIII-XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, setembro de 2016.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Religião, Igreja e Religiosidades em Mariana no século XVIII. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Ouro Preto: UFOP, 1998.

FONSECA, Cláudia Damasceno. A instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730). In: **Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do Ouro – Campo das Vertentes: atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assessoria Técnica da Previdência, 1981, 2v.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – primeira época**. Petrópolis: Vozes, 1977.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa oficial, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAMOS, Donald. Minas Gerais, Capitania de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, Edna Maria Ferreira da. Entre o discurso e a ação: aspectos políticos que marcaram a doação da posse de um território em Minas Gerais – Brasil no início de século XIX. **VI Congresso Interoceânico de Estudos Latinoamericanos**. Argentina, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, 14-16 nov. 2018.

VASCONCELLOS, Diogo. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte, s/e, 1904.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul Mineiro**. Campanha, 1874.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

WEHLING, Arno. Estado do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em abril de 2020.

ANEXOS



À esquerda: Vista Panorâmica da Catedral de Santo Antônio (1912). À direita: Matriz de Santo Antônio (1894). Fonte: CEMEC. **Acervo fotográfico “Paulino de Araújo Ferreira Lopes” (1890-1960)**. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. Campanha: Prefeitura Municipal de Campanha/Universidade do Estado de Minas Gerais.



À Esquerda: Igreja de Nossa Senhora das Dores (1929). À direita: Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1928). Fonte: CEMEC. **Acervo fotográfico “Paulino de Araújo Ferreira Lopes” (1890-1960)**. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. Campanha: Prefeitura Municipal de Campanha/Universidade do Estado de Minas Gerais.